

• OPERAÇÕES SEMÂNTICAS

Coordenador(a): Teresa Cristina Wachowicz

Operações semânticas são fenômenos de línguas naturais que refletem interpretação do tempo, do aspecto, da negação, da quantificação nominal ou verbal, etc. A análise descritiva dessas operações bem como os desdobramentos teóricos são explorados tanto por teorias de eventos quanto por teorias aspectuais e da aktionsarten. Este simpósio tem como objetivo explicitar alguns desses fenômenos explorando interfaces dos tratamento sintático, semântico e pragmático.

A COMPOSIÇÃO MEREOLÓGICA DOS PREDICADOS VERBAIS APLICADA AO PB

Ana Paula Quadros Gomes (USP)

Desde Aristóteles, busca-se a melhor forma de classificar predicados. Vendler (1957), sugeriu quatro classes aspectuais: atividades, estados, achievements e accomplishments. Krifka (1998/2001/2005) delinea elementos básicos de composição aspectual quantitativos, opondo a categorias predicado "cumulativo" à "quantizado", e "têlico" a "atêlico". Essa teoria prevê uma estrutura mereológica para as denotações nominal e verbal; as dos predicados verbais atêlicos e dos nomes de massa são semelhantes, bem como a dos nomes contáveis e as dos predicados verbais têlicos. Krifka trata ainda da unicidade ou atomicidade de eventos, correspondente à singularidade do nome contável. A propriedade que alguns predicados verbais de conter ou não partes é a tratada por Krifka com o mapeamento do predicado para subeventos ou subobjetos. A redução das denotações nominais e verbais a um único conjunto dos princípios organizacionais favorece a hipótese inatista. É também empiricamente adequada, pois explica a distribuição dos quantificadores do PB:

- (1) a. *Cada criança gosta de doce.
b. Qualquer criança gosta de doce.
- (2) a. Cada boneca foi trazida por uma menina diferente.
b. *Qualquer boneca foi trazida por uma menina diferente.

Para Quadros Gomes (2004), "todo" é um quantificador sentencial (nos termos de Partee, 1999), que toma dois argumentos: um nominal, em sua restrição, e o outro predicacional, verbal. As propriedades do predicado sentencial espelham as da denotação nominal quantificada, explicando a incompatibilidade de "cada" com sentenças genéricas (vide 1): "cada" pede denotações quantizadas. Já "qualquer" não é compatível com predicados têlicos (ver 2) porque seleciona denotações cumulativas.

Propomos identificar por testes os tipos de predicados. Para tanto, aplicamos a sentenças os testes propostos na literatura, tais como os de Vendler - advérbios como "por três horas" ou "em três horas" separaram predicados têlicos dos atêlicos. Expressões como "uma única vez" e "três vezes" separam os contáveis singulares dos plurais. Etc.

A TERMINOLOGIA DO ASPECTO

Teresa Cristina Wachowicz (UFPR), Maria José Foltran (UFPR)

Há um consenso na literatura de que se deve distinguir dois níveis aspectuais: o aspecto propriamente dito, caracterizado pelas marcações morfológicas e tido como "ponto de vista do falante" (Smith (1997), Comrie (1976)) e as classes aspectuais ou Aktionsart, conhecidas também como as classes vendlerianas decorrentes de traços lexicais (Vendler (1967), Zuchi (1998), Rothstein (2004)). Também é pacífico relacionar a oposição "perfectivo/imperfectivo" ao primeiro

domínio e "télico/atélico" ao segundo domínio. No entanto, noções como durativo/não-durativo, terminativo/não-terminativo (Verkuyl (1993)), limitado/não-limitado, pontual (Carlson (1981)), etc. são muitas vezes usadas de forma indiscriminada nos dois domínios. O propósito deste trabalho é clarear o uso desta terminologia e mostrar que, apesar de haver um imbricamento, é necessário diferenciar os dois níveis, sobretudo se forem considerados composicionalmente os tantos fenômenos lingüísticos que interferem na interpretação aspectual: quantificação nominal, morfologia derivacional, operações adverbiais, etc. Admitimos, portanto, a existência independente desses dois níveis, embora haja, conforme observou Bertinetto (2001), uma convergência do aspecto imperfectivo e verbos atélicos por um lado e aspecto perfectivo e verbos télicos por outro. Mostraremos como certos procedimentos gramaticais, como o uso do progressivo e de certos advérbios aspectualizadores, agem sobre os dois níveis, o que nos ajuda a delimitá-los.

AMBIGÜIDADE DE IDENTIDADE ESTRITA OU FAJUTA

José Borges Neto (UFPR)

Num texto notável, publicado em 1981, Rodolfo Ilari discutiu (entre outras coisas) um fenômeno semântico conhecido como "ambigüidade de identidade estrita ou fajuta" (em inglês, *strict/sloppy identity*). Além de mostrar que a proposta de tratamento das relações anafóricas presente em Jackendoff (1972) é absolutamente inadequada para o tratamento destes casos de ambigüidade, Ilari constrói um tratamento para os dados do português no quadro de uma gramática categorial, usando a teoria proposta por Lewis (1972).

O tratamento dado por Ilari aos fenômenos ligados à ambigüidade de identidade estrita e fajuta, no entanto, porque feito numa versão "antiga" de gramática categorial, merece ser revisto à luz dos novos conhecimentos.

O objetivo desta comunicação é mostrar a inadequação da proposta de Ilari (1981) e de avançar algumas possibilidades semânticas de tratamento da questão da identidade anafórica.

COMPARAÇÃO DE EVENTUALIDADES

Luisandro Mendes de Souza (UFSC)

A literatura que vem estudando os comparativos (von Stechow, 1984; Klein, 1980, 1982; Marques, 2004) trata a comparação que envolve as formas *x é mais Adj que y* e *x SV mais (obj) do que y* como envolvendo a mesma estrutura semântica. Os aspectos da semântica dos eventos (em sentido geral) não têm sido considerados quando do tratamento da comparação. Até onde isso pode ser negligenciado de todo? Que papel a semântica dos verbos desempenha nas sentenças comparativas? Uma sentença como (1) João corre mais do que Pedro é descrita como "o máximo grau de corrida de João é maior que o máximo grau de corrida de Pedro". Em que medida podemos tratar dos comparativos que envolvem eventualidades do mesmo modo como são tratados os comparativos adjetivais? A abordagem da quantificação sobre graus (que vem desde Cresswell, 1976) e o operador de maximalidade (von Stechow, 1984) parecem não ser suficientes para acomodar a semântica deste tipo de sentença. Procuraremos mostrar que este tipo de análise é insuficiente para tratar das eventualidades, já que é proposto um tratamento unificado dos comparativos (von Stechow; Marques).

O PRESENTE PERFEITO NA INTERFACE SEMÂNTICA/PRAGMÁTICA

Karina Veronica Molsing (PUC/RS)

Não é fácil para lingüistas fornecerem explicação detalhada sobre o chamado Enigma do Presente Perfeito (PP), uma vez que ele parece ser uma representação ambígua de tempo, aparentemente

ligando eventos do passado ao presente. Muitos autores como Schmitt (2001), Giorgi & Pianesi (1997) e Ilari (2002), seguindo trabalhos clássicos (Dowty 1979; McCoard 1978; Comrie 1976), são responsáveis pela explicação de muitos aspectos importantes do fenômeno, reconhecendo, contudo, limitações de suas abordagens. Considerem-se os exemplos abaixo:

- (1) I have lived here since the war.
- (1") Eu moro aqui desde a guerra.
- (2) Have you seen him today? / No, I haven't.
- (2") Você o viu hoje? / Não vi.
- (3) I have been happy here.
- (3") Tenho sido feliz aqui.

No inglês, todos os exemplos apresentam a mesma estrutura; em português, há variação entre presente, passado simples e passado composto. (1") só permite o presente simples, que implica que nenhum evento de "vê-lo" tenha ocorrido após a guerra. (2") exige o passado simples, visto que a utilização de presente simples ou perfeito resultaria em leituras diferentes. Finalmente, outros contextos apresentam estruturas iguais e semanticamente equivalentes.

O objetivo deste trabalho é explorar essas teorias, explicar peculiaridades do PP, especialmente diferenças entre inglês e português, e fornecer uma análise para esses fenômenos, em interfaces diferentes. Na interface com a comunicação, assumo a teoria do Klein (1994) para analisar como os falantes utilizam e entendem o presente perfeito em cada língua e analisar também problemas de tradução. Na interface com a lógica, assumo uma teoria tipo DRT (Kamp & Reyle, 1994) para analisar as inferências envolvidas no presente perfeito. As diferenças em cada interface dependem de uma clarificação explícita da divisão entre semântica e pragmática, ou seja, as operações que executam ao representar o significado do presente perfeito.

QUANTIFICAÇÃO ADVERBIAL VS QUANTIFICAÇÃO NOMINAL: O QUANTIFICADOR TODO EM PORTUGUÊS

Ana Muller (USP), Esmeralda Vailati Negrão

Sentenças com quantificação nominal (1), ou quantificação adverbial (2), podem ser descritas por uma mesma estrutura tripartite na qual um operador toma como argumentos uma restrição e um escopo nuclear (Kamp 1981, Heim 1982).

(1) Toda equação quadrática tem pelo menos uma solução.

[Todo x [equação quadrática x] [tem-pelo-menos-uma-solução x]]

(2) Sempre uma equação quadrática tem pelo menos uma solução.

[Sempre x [equação quadrática x] [tem-pelo-menos-uma-solução x]]

O quantificador nominal *todo(a)* em Português Brasileiro (PB) pode tomar como sua restrição tanto Sintagmas Nominais (NP) (3), como Sintagmas de Determinante (DP) singular (4) ou plural (5). Esse trabalho defende *todo* é sempre um quantificador universal distributivo. Difere de quantificadores como *cada* porque consegue distribuir sobre partes da entidade denotada por sua restrição e sobre subeventos do evento denotado por seu escopo nuclear (Gomes 2004).

(3) Toda família construiu uma jangada.

(4) Toda a família construiu uma jangada.

(5) Todas as famílias construíram uma jangada.

Todo só é possível quando tanto a restrição como o escopo nuclear podem, de alguma forma, ser distribuídos. Em (3), há um evento por família, enquanto em (4), há um subevento da construção de uma jangada para cada membro da família. A sentença (5) é ambígua porque permite duas

distribuições: para cada família há um evento distinto de construção de jangada, ou para cada família há um subevento distinto da construção da mesma jangada.

Uma sentença com todo será agramatical se quer o argumento nominal, quer o predicado não sejam distribuíveis. Este é o caso de sujeitos indivisíveis combinados a predicados coletivos que não envolvem subeventos (6-8).

(6)*Toda menina é numerosa.

(7)*Toda a menina é numerosa.

(8)*Todas as meninas são numerosas.

QUESTÕES PRAGMÁTICAS E SEUS TRATAMENTOS SINTÁTICO OU SEMÂNTICO

Lígia Negri (UFPR)

O presente trabalho pretende discutir de que maneira estão sendo incorporados e tratados em diferentes modelos teóricos, alguns fenômenos lingüísticos tradicionalmente considerados pragmáticos. Para tanto considere como critério para definir as áreas, a caracterização fundadora feita por Stalnaker (1972) dos fenômenos em sintáticos, semânticos e pragmáticos, e, a partir dessa diretriz pretendo discutir como alguns deles, especialmente os pragmáticos, estão sendo tratados teoricamente nos modelos recentes. Muitas das abordagens teóricas resistiram à incorporação de fenômenos pragmáticos em virtude da complexidade destes ou da própria incapacidade/inadequação daquelas. No entanto, mais recentemente, questões como implicaturas escalares, ambigüidades de descrições definidas ou mesmo de operadores como a negação, pressuposições pragmáticas e itens de polaridade negativa, entre outros, têm recebido tentativas de descrição teórica formal ou formalizável no interior de modelos teóricos como os da Semântica Dinâmica, da Pragmática Formal e até mesmo da Gramática Gerativa. Assim, pretendo verificar qual a caracterização que tais fenômenos recebem nessas diferentes perspectivas de explicação teórica, segundo o seu enquadramento tradicional e a sua incorporação pelas diferentes (e às vezes similares) abordagens.

ZUSRBG

Cláudio Corrêa e Castro Gonçalves (UFSC)

Neste artigo vou apresentar uma proposta para a interpretação do presente simples. Em Kamp e Reyle (1993: 536) esse tempo é interpretado mediante um 'princípio de interpretação'. (1) A eventualidade descrita por uma sentença no presente simples deve incluir propriamente o momento de fala 'mf'. Kamp e Reyle mostram que a motivação empírica desse princípio é limitada. O motivo dessa limitação é que (1) depende de uma estipulação ontológica - largamente aceita, mas nem por isso menos estipulativa em sua natureza: estados 'transbordam' o momento de fala, enquanto eventos estão inclusos no momento de fala. A proposta a ser aproveitada chega ao mesmo princípio em (1) mas sem depender de presunções ontológicas. A idéia é chegar ao princípio mediante parâmetros contextuais: pode a sentença X ser empregada no contexto mínimo Y de modo a satisfazer suas condições de felicidade? A noção de contexto mínimo será definida. Esse 'teste' além de chegar a (1) mostra a relevância da Aktionsart para as condições de felicidade de uma sentença e também explica fenômenos de seqüência de tempos (i.e., formas verbais que ocorrendo em sentenças encaixadas tem interpretação diversa de quando ocorrem em sentenças matrizes.

"DAR UMA X-ADA" E PREDICADOS INCREMENTAIS

Renato Miguel Basso (UNICAMP)

Neste trabalho, exploramos as conseqüências que a propriedade da telecidade sofre quando predicados (durativos) télicos são veiculados através de construções como "dar uma X-ada". Uma

das hipóteses que lançamos aqui é que, sob esta forma, os predicados outrora télicos passam a funcionar de maneira análoga aos predicados incrementais, i.e., predicados que são ambíguos em relação ao alcance de um telos, mas que representam, não obstante, um avanço a direção a um telos. Isto acarreta, entre outras coisas, que ao veicularmos um predicado télico como "varrer a sala" com a construção acima, como em "João deu uma varrida na sala", não nos comprometemos com o fato de que ele varreu a sala toda e/ou varreu como deveria, em outras palavras, foi relaxado. Esse descomprometimento pode também lançar luz sobre a questão da alta produtividade dessa construção: comprometermo-nos apenas com parte de um evento télico é um recurso pragmático muito valioso, que pode separar nosso conhecimento e constatação da realização de um dado evento de sua realização de fato.